

Informe
anual
2020



Informe
anual
2020



Informe
anual
2020

06

Demonstrações financeiras

- | 04 | Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020
- | 44 | Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	137.224	109.721
Contas a receber de clientes ^(Nota 7)	67.241	103.649
Estoques	1.351	1.365
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	13.954	11.218
Outros ativos	806	177
	220.576	226.130
Não circulante		
Tributos a recuperar ^(Nota 8)	490	976
Ativos fiscais diferidos ^(Nota 9)	3.832	3.622
Depósitos judiciais ^(Nota 16)	984	1.072
	5.306	5.670
Intangível ^(Nota 11)	585.013	612.161
Ativo direito de uso ^(Nota 12.1)	2.658	3.005
	592.977	620.836
Total do ativo	813.553	846.966

	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Fornecedores ^(Nota 13)	49.260	67.085
Obrigações por arrendamento ^(Nota 12.2)	253	226
Empréstimos ^(Nota 14)	30.660	40.440
Obrigações trabalhistas a pagar	525	458
Tributos a pagar ^(Nota 15)	18.287	18.882
Partes relacionadas ^(Nota 10)	-	372
Juros sobre capital próprio a pagar ^(Nota 18.d)	23.385	32.115
Passivo regulatório ^(Nota 19)	4.051	-
Outros passivos	2.347	2.839
	128.768	162.417
Não circulante		
Empréstimos ^(Nota 14)	40.000	30.000
Obrigações por arrendamento ^(Nota 12.2)	2.671	2.924
Provisão para contingências ^(Nota 16)	5.832	5.556
	48.503	38.480
Total do passivo	177.271	200.897
Patrimônio líquido ^(Nota 18)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de lucros	51.359	61.146
	636.282	646.069
Total do passivo e patrimônio líquido	813.553	846.966

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
		(Reapresentado)
Receita líquida ^(Nota 20)	536.327	814.769
Custo do serviço ^(Nota 21)	(434.235)	(679.332)
Lucro bruto	102.092	135.437
Despesas de vendas, administrativas e gerais ^(Nota 22)	(30.845)	(32.508)
Outras despesas operacionais, líquidas ^(Nota 23)	(5.709)	(5.758)
Lucro operacional	65.538	97.171
Receitas financeiras	5.047	7.598
Despesas financeiras	(6.259)	(8.541)
Resultado financeiro, líquido ^(Nota 24)	(1.212)	(943)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.326	96.228
Imposto de renda e contribuição social - correntes ^(Nota 9.d)	(12.834)	(19.283)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos ^(Nota 9.d)	210	(994)
Lucro líquido do exercício	51.702	75.951
Quantidade de lote de mil ações em circulação	595.800	595.800
Lucro líquido básico por lote de mil ações ^(R\$)	86,78	127,48

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	51.702	75.951
Total do resultado abrangente do exercício	51.702	75.951

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.326	96.228
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	42.225	41.274
Depreciação Imobilizado por direito de uso	347	347
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	3.020	6.975
Juros sobre arrendamento	349	373
Atualização monetária sobre depósito judicial	(32)	(24)
Atualização monetária sobre contingências	652	587
Provisão para perdas de créditos esperadas	(667)	(312)
Contingências	(376)	(804)
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	1	-
	109.845	144.644
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	37.075	10.949
Estoques	14	66
Tributos a recuperar e diferidos	17.053	19.699
Outros ativos	(629)	99
Depósitos judiciais	120	(1)
Fornecedores	(17.825)	(4.882)
Obrigações trabalhistas a pagar	67	(44)
Tributos a pagar	(13.219)	(13.344)
Partes relacionadas	(372)	(917)
Passivo regulatório	4.051	-
Outros passivos	(492)	23
	25.843	11.648
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos	(2.800)	(13.251)
Juros pagos arrendamento	(349)	(373)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.513)	(20.683)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	113.026	121.985
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(15.708)	(23.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(15.708)	(23.882)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	-	(30.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(66.093)	(31.777)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.126)	(5.667)
Amortização sobre arrendamento	(226)	(202)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(70.445)	(67.646)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	27.503	30.457
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	109.721	79.264
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	137.224	109.721

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018

Dividendos adicionais aprovados ^(Nota 18.2.c)

Lucro líquido do exercício

Instrumentos financeiros

Destinação do lucro:

Reserva legal

Juros sobre o capital próprio ^(R\$ 63,41 por lote de mil ações)

Destinação de resultado a definir em AGOE ^(abril de 2020)

Em 31 de dezembro de 2019

Dividendos adicionais aprovados ^(Nota 18.2.c)

Lucro líquido do exercício

Destinação do lucro:

Reserva legal

Juros sobre o capital próprio ^(R\$ 46,18 por lote de mil ações)

Destinação de resultado a definir em AGOE ^(abril de 2021)

31 de dezembro de 2020

Reservas de lucros

Capital social	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
584.923	23.371	3.007	18.411	-	(394)	629.318
-	-	(3.007)	(18.411)	-	-	(21.418)
-	-	-	-	75.951	-	75.951
-	-	-	-	(394)	394	-
-	3.797	-	-	(3.797)	-	-
-	-	-	-	(37.782)	-	(37.782)
-	-	-	33.978	(33.978)	-	-
584.923	27.168	-	33.978	-	-	646.069
-	-	-	(33.978)	-	-	(33.978)
-	-	-	-	51.702	-	51.702
-	2.586	-	-	(2.586)	-	-
-	-	-	-	(27.511)	-	(27.511)
-	-	-	21.605	(21.605)	-	-
584.923	29.754	-	21.605	-	-	636.282

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia" ou GNSPS) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gás Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri - Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Serviços e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos (Nota 17.2).

1.1. Deliberação ARSESP

Em 10 de junho de 2020, a ARSESP publicou a deliberação nº 1010, que dispõe sobre o mecanismo de atualização do custo médio ponderado de gás e transporte nas tarifas de gás canalizado e sobre o mecanismo de recuperação do saldo da conta gráfica, em razão de variações do preço do gás e transporte, revogando a deliberação ARSESP nº 308 de 17 de fevereiro de 2012.

O acompanhamento das diferenças será realizado por meio da contabilização dos valores na conta gráfica, com apuração por segmento e considerando as parcelas de recuperação anteriormente estabelecidas e em processo de compensação. A parcela de recuperação será acrescida às tarifas nas ocasiões dos reajustes tarifários anuais, revisões tarifárias ordinárias ou revisões tarifárias extraordinárias. Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa. Detalhes vide Nota nº 19.

1.2. Impactos da Covid-19

Com a declaração da Organização Mundial da Saúde ("OMS") classificando o surto da Covid-19 como uma pandemia, os Governos Federais, Estaduais e Municipais foram compelidos a adotar medidas mais rígidas para conter o avanço do vírus. A principal medida adotada consiste no isolamento social, acarretando impactos nas atividades econômicas, causando incertezas e reduzindo a necessidade energética do Brasil, podendo impactar segmento de Distribuição de Gás Natural.

Sob o aspecto econômico, as entidades governamentais vêm implementando diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como o diferimento do recolhimento de alguns impostos,

isenção de IOF para empréstimos e financiamentos pelo prazo de 90 dias, prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante de tal cenário, a Companhia revisou suas análises e projeções, de forma a identificar possíveis impactos da Covid-19 para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo mas não se limitando à: i) desempenho da demanda de gás, ii) impactos nos indicadores de perdas, arrecadação e inadimplência; iii) variação dos indicadores macroeconômicos; iv) fluxo de caixa no curto e médio prazo e v) redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Com relação ao período analisado, o principal impacto observado, até 31 de dezembro de 2020, foi a redução na taxa de arrecadação do período, quando comparado ao mesmo período de 2019. Como medida a Companhia realizou uma provisão complementar da inadimplência.

A administração entende que as medidas adotadas garantem a continuidade da operação, permitindo a Companhia manter o compromisso de fornecer gás natural de forma segura e contínua a todos, com qualidade de atendimento e preservando a saúde de colaboradores e clientes.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia, podemos destacar:

■ Criação do Comitê de Crise

A Companhia instituiu o Comitê de Crise Covid-19, que se reúne diariamente tendo em sua composição a integralidade do seu quadro diretivo. A proposta do Comitê é acompanhar em tempo real os principais indicadores (qualitativo e quantitativo) da Companhia possibilitando, se necessária, uma reformulação nas medidas adotadas.

■ Suspensão de cortes de fornecimento

No sentido de contribuir para atenuar os efeitos da pandemia sobre os seus usuários, a Companhia atuou junto ao Governo do Estado de São Paulo e a ARSESP, pactuando através da Deliberação ARSESP nº 973 de 26 de março de 2020, a suspensão dos cortes por inadimplência para clientes de determinados segmentos inadimplentes até 31 de julho de 2020.

■ Segurança para os clientes

O atendimento presencial nas agências físicas e móveis foi suspenso. Os clientes podem solicitar serviços por meio do nosso site www.minhanaturgy.com.br e pelas páginas no Facebook (facebook.com/naturgybrasil), Instagram (instagram.com/naturgybrasil) e Twitter (twitter.com/naturgybrasil). Solicitações de emergência continuam sendo atendidas pelo 0800-024-0197. Além disso, foi lançada campanha para aumentar a adesão de clientes para o débito automático e a fatura *on-line*.

■ Serviços essenciais

As áreas operacionais da Companhia, que atuam no monitoramento de toda a rede de gás canalizado, assim como equipes técnicas de atendimento, continuam trabalhando 24 horas por dia, mas com cuidados redobrados de higiene e seguindo os planos de contingência.

A estrutura de fornecimento de GNV aos postos segue normalmente, para atender aos profissionais de serviços essenciais que ainda precisam deslocar-se pela cidade.

■ Leitura facilitada

A Companhia lançou o serviço de leitura facilitada, com o objetivo de contribuir para a redução de circulação de pessoas em condomínios e casas; além de incentivar a procura pelos serviços *on-line*. A ideia é que o cliente faça a leitura do seu consumo diretamente no medidor e envie as informações por meio do portal Minha Naturgy.

■ Conexão Saúde

Desde o dia 16 de março, a Companhia iniciou, gradativamente, um regime de *home office* para todos os colaboradores que realizam atividades passíveis de realização à distância, iniciando pelos de maior vulnerabilidade: maiores de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas. Desde o dia 23 de março, 94% dos funcionários já trabalham em regime de *home office*, com exceção daqueles que realizam atividades em que isso não é possível.

Viagens e reuniões presenciais foram suspensas. Funcionários que retornam de viagens nacionais ou internacionais são avaliados pela equipe médica da Empresa e encaminhados para quarentena em suas residências por 14 dias, permanecendo monitorados.

Também adquirimos máscaras para os colaboradores que atuam em campo e estamos comprando testes de Covid-19 para colaboradores e seus familiares.

■ Campanha de vacinação contra a gripe

Os Colaboradores da Companhia foram convidados a participarem da campanha de vacinação contra a gripe que aconteceu em esquema de *drive-through* em nossa sede operativa.

■ Apoio psicológico

A Companhia lançou um canal gratuito (0800) de apoio à saúde emocional que funciona 24 horas, todos os dias da semana. O atendimento é feito por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais. Além de atender colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, o número telefônico também está disponível para dependentes (filhos e cônjuges) e pais. As ligações são sigilosas. A empresa parceira para os atendimentos é a Social Consultoria, uma das maiores do país, com 23 anos de atuação no mercado.

■ Café Virtual

Buscando compartilhar conhecimento sobre o momento da Companhia e as estratégias adotadas por ela, a Companhia promoveu um Café Virtual com a Direção com a participação da área de Saúde, no qual os colaboradores puderam tirar dúvidas sobre a Covid-19.

■ Acompanhamento *on-line*

Adicionalmente a Companhia vem fazendo um acompanhamento semanal da saúde física e mental dos colaboradores por meio de dois questionários *on-line* que são enviados sempre às segundas-feiras.

■ Live semanal com profissionais especializados

A Companhia vem realizando, semanalmente, transmissões ao vivo pelo YouTube com profissionais especializados em psiquiatria. Já foram abordados os temas “Preservando a saúde mental” e “Home Office seguro e saudável”, com dicas de questões ergonômicas e adoção de hábitos saudáveis.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, que compreendem com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua administração, em 30 de abril de 2021.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento se seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.6. Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 9). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias

possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.8. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.9. Intangíveis

i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição, esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Essa concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2020.

2.11. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente,

demandam um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

c) Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- CPC 11 - Contratos de seguro.
- IAS 1 - Classificação de passivo como circulante e não circulante

2.18. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir, indicamos a alteração das normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* – entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros.

Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamiento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo

arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.19. Reclassificação de saldos comparativos

A fim de melhor refletir a natureza de seus custos operacionais, a Companhia realizou reclassificação de montante relativo à amortização do seu ativo intangível, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O valor foi reclassificado, da rubrica de despesas de vendas, administrativas e gerais para a rubrica de custos, no montante total de R\$ 21.142.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Os ajustes efetuados foram classificados na seguinte categoria:

	2019	Reclassificações	2019 (Reapresentado)
Receita líquida	814.769	-	814.769
Custo do serviço	(658.190)	(21.142)	(679.332)
Lucro bruto	156.579	(21.142)	135.437
Despesas de vendas, administrativas e gerais	(53.650)	21.142	(32.508)
Outras receitas e despesas, líquidas	(5.758)	-	(5.758)
Lucro operacional	97.171	-	97.171
Resultado financeiro, líquido	(943)	-	(943)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.228	-	96.228
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(19.283)	-	(19.283)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(994)	-	(994)
Lucro líquido do exercício	75.951	-	75.951

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 7). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 20.072 (em 2019 de R\$ 29.790).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para perdas de créditos esperadas

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face as potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro**4.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Em 31 de dezembro de 2020, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado**i) Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2020, não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Atualmente a Companhia possui uma base de 91.986 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota 5, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores	49.260	-	-
Empréstimos	31.238	42.307	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	67.085	-	-
Empréstimos	41.643	32.756	-
Contas a pagar - partes relacionadas	372	-	-

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Total dos empréstimos e financiamentos ^(Nota 14)	70.660	70.440
Menos: caixa e equivalentes de caixa ^(Nota 6)	(137.224)	(109.721)
Dívida líquida	(66.564)	(39.281)
Total do patrimônio líquido	636.282	646.069
Total do capital próprio e de terceiros	569.718	606.788
Índice de alavancagem financeira	-	-

5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2020	2019
Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa ^(nível 2)	137.224	109.721
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	67.241	103.649
Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Outros ativos	806	177
	205.271	213.547
Passivo mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos	70.660	70.440
Fornecedores	49.260	67.085
Outros passivos	2.347	2.839
Juros sobre o capital próprio	23.385	32.115
Conta patrimonial para ajuste do custo do gás	4.051	-
Partes relacionadas	-	372
	149.703	172.851

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos				
Empréstimos e financiamentos	70.660	70.660	70.440	70.440

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e contas correntes bancárias	10.555	5.706
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs ⁽ⁱ⁾	126.669	104.015
	137.224	109.721

(i) Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 (98,2% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Essas aplicações têm liquidez diária e podem ser sacadas a qualquer momento, tanto parcialmente quanto em sua totalidade sem mudança de valor.

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Segmentos comercial e residencial	6.131	6.330
Segmento industrial	47.225	72.887
Contas a receber não faturado	20.072	29.790
Venda de equipamentos	521	682
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.708)	(6.040)
	67.241	103.649

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2020	2019
A vencer	61.178	61.721
Até três meses	6.538	42.356
De três a seis meses	537	358
Acima de seis meses	5.696	5.254
	73.949	109.689

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada e não mais na incorrida, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o exercício corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2020	31/12/2019
Dias de vencimento	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	0,42%	0,96%
1 a 30 dias	3,02%	2,12%
31 a 60 dias	31,57%	15,72%
61 a 90 dias	37,60%	44,61%
91 a 120 dias	75,44%	67,06%
121 a 180 dias	42,70%	25,63%
181 a 360 dias	94,16%	91,87%
Mais de 360 dias	96,77%	89,43%

As movimentações na provisão para perda de créditos esperadas no contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	6.041	5.728
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	3.566	8.010
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(2.899)	(7.698)
Em 31 de dezembro	6.708	6.040

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima.

Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da Covid-19 onde em linha com a Deliberação ARSESP nº 973 de 26 de março de 2020, posteriormente prorrogada pela Deliberação ARSESP nº 1.001 de 29 de maio de 2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

8. Tributos a recuperar

	2020	2019
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	252	321
PIS - Programa de Integração Social	440	740
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.804	4.186
IRRF a compensar	832	677
CSLL a compensar	10.112	6.266
Outros	4	4
	14.444	12.194
Circulante	13.954	11.218
Não circulante - realizável a longo prazo	490	976
	14.444	12.194

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Provisão para perdas de créditos esperadas	863	666
Provisão para contingências	1.982	1.876
Provisão para fornecedores	520	510
Conta corrente ativo regulatório	314	274
Outros	153	296
	3.832	3.622

b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2020	2019
2020	-	435
2021	460	471
2022	498	543
2023	575	616
2024	651	724
2025	766	507
2026	536	326
A partir de 2027	346	-
	3.832	3.622

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

c) Movimentação

	Provisão para perdas de créditos esperadas	Provisão para contingências	Provisão para fornecedores	Conta para corrente ativo regulatório	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018	583	1.949	1.347	225	512	4.616
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	83	(73)	(837)	49	(216)	(994)
Em 31 de dezembro de 2019	666	1.876	510	274	296	3.622
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	197	106	10	40	(143)	210
Em 31 de dezembro de 2020	863	1.982	520	314	153	3.832

d) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	64.326	64.326	96.228	96.228
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(16.082)	(5.788)	(24.057)	(8.661)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	6.878	2.476	9.446	3.400
Adições, líquidas	(175)	(45)	(354)	(127)
Incentivos fiscais	112	-	76	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.267)	(3.357)	(14.889)	(5.388)
Do exercício corrente	(9.421)	(3.413)	(14.158)	(5.125)
Diferidos	154	56	(731)	(263)
	(9.267)	(3.357)	(14.889)	(5.388)
Alíquota efetiva	14%	5%	15%	6%

10. Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Passivo circulante	Despesas
A receber/pagar		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ^(a)	-	441
Naturgy Informatica S.A. ^(b)	-	560
	-	1.001
JCP e dividendos		
Naturgy DL S.A. ^(c)	23.385	
	23.385	
Em 31 de dezembro de 2020	23.385	1.001
Em 31 de dezembro de 2019	32.487	(314)

Os saldos referem-se substancialmente de:

- (a) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.
- (b) O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Naturgy Informática, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.
- (c) Referem-se a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício de 2020.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 são demonstrados como segue:

	Passivo circulante	Despesas
A receber/pagar		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG ^(a)	-	453
Naturgy Energy Group, S.A. ^(d)	-	(1.897)
Naturgy Informatica S.A. ^(b)	372	1.130
	372	(314)
JCP e dividendos		
Naturgy DL S.A. ^(c)	32.115	
	32.115	
Em 31 de dezembro de 2019	32.487	(314)
Em 31 de dezembro de 2018	11.779	5.351

- (d) Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A., atual Naturgy Energy Group, S.A., referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido. Em 2 de setembro de 2014 foi averbado pelo INPI o termo aditivo contratual, com validade até mai/2018. Em janeiro de 2019 ocorreu a reversão da provisão dos valores que haviam sido provisionados em 2018 em função da decisão do Grupo pela suspensão do processo de renovação do contrato junto ao INPI.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do Grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

Contratação de ex-executivos

A Companhia contratou os serviços de consultoria, por prazo determinado, de três executivos que, ao longo de 2019, deixaram de ter vínculos laborais com o Grupo Naturgy. A contratação destes profissionais foi aprovada pelos acionistas da Companhia está formalizada em contrato celebrado entre as partes. Estes contratos foram firmados em março e agosto de 2019, cuja vigência se manteve até dezembro do ano de 2020. Os contratos totalizam o montante de R\$ 2.739.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

11. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	Concessão para exploração de serviços públicos ^(a)
Saldos em 1º de janeiro de 2019	215.907
Aquisições	-
Baixas líquidas	-
Transferência para intangível em operação	-
Amortização	(18.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	196.995
Custo total	535.828
Amortização acumulada	(338.833)
Saldo contábil, líquido	196.995
Saldos em 1º de janeiro de 2020	196.995
Aquisições	-
Baixas líquidas	-
Transferência para intangível em operação	-
Amortização	(18.912)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	178.083
Custo total	535.828
Amortização acumulada	(357.744)
Saldo contábil, líquido	178.084
Taxas anuais de amortização (%)	3,5

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 535.828 referente ao contrato firmado entre a GNSPS e o Estado de São Paulo em 31 de maio de 2000, onde a Companhia passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do Estado de São Paulo com gás natural canalizado. Esse valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Serviços de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Servidões de passagem ^(b)	Software	Contrato de concessão	Contrato de concessão em andamento	Total
1.180	3.931	393.000	15.535	629.553
-	1.240	5.284	17.358	23.882
-	-	-	-	-
-	-	21.486	(21.486)	-
(74)	(1.415)	(20.873)	-	(41.274)
1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
2.055	13.533	596.740	11.407	1.159.563
(949)	(9.777)	(197.843)	-	(547.402)
1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
1.106	3.756	398.897	11.407	612.161
-	176	4.963	9.939	15.078
-	-	(1)	-	(1)
-	-	15.371	(15.371)	-
(74)	(1.542)	(21.697)	-	(42.225)
1.032	2.390	397.533	5.975	585.013
2.055	13.709	617.073	5.975	1.174.640
(1.024)	(11.319)	(219.540)	-	(589.627)
1.031	2.390	397.533	5.975	585.013
3	20	11,2	-	-

Os bens vinculados à concessão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no contrato de concessão, estão compostos abaixo:

			2020	2019
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil líquido	Saldo contábil líquido
Terrenos	445	-	445	445
Edificações e obras civis	334	(187)	147	153
Rede de gás	555.456	(197.356)	358.100	361.493
Máquinas e equipamentos	50.355	(16.527)	33.828	31.365
Equipamentos de informática – hardware	2.635	(2.353)	282	260
Móveis e utensílios	1.069	(732)	337	395
Veículos	1.353	(1.236)	117	240
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.426	(1.149)	4.277	4.546
Obras em andamento ⁽ⁱ⁾	5.975	-	5.975	11.407
	623.048	(219.540)	403.508	410.304

(i) As "Obras em andamento" referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto Feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim, de acordo com as obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, essas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 38 (R\$ 272 em 31 de dezembro de 2019) à taxa média de 4,36% (7,36% em 31 de dezembro de 2019).

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Serviços e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos. No hipótese de extinção da concessão, a Companhia poderá ser indenizada caso haja valor residual dos bens integrantes da concessão.

12. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de edificações. O prazo de arrendamento de edificações é de 9,66 anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
9,66 anos	11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento.

Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2).

Os saldos de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2020, são de R\$ 2.658 no ativo e R\$ 2.924 no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo final 31/12/2019	Amortizações	Saldo final 31/12/2020	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	3.005	(347)	2.658	9,66
Total - ativo de direito de uso	3.005	(347)	2.658	-

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2019:

Ativo de direito de uso	Adoção inicial	Amortizações	Saldo final 31/12/2019	Prazo médio contratual (anos)
Edificações	3.352	(347)	3.005	9,66
Total - ativo de direito de uso	3.352	(347)	3.005	-

12.2. Obrigações por arrendamento

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

Passivo de arrendamento	Saldo final 31/12/2019	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2020
Edificações	3.150	349	(226)	(349)	2.924
Total - passivo de arrendamento	3.150	349	(226)	(349)	2.924

Passivo de arrendamento	Adoção inicial	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2019
Edificações	3.352	373	(202)	(373)	3.150
Total - passivo de arrendamento	3.352	373	(202)	(373)	3.150

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Edificações (*)	Fixa	11,45	253	2.671	2.924
Total - obrigação por arrendamento			253	2.671	2.924

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Edificações (*)	Fixa	11,45	226	2.924	3.150
Total - obrigação por arrendamento			226	2.924	3.150

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nesses últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2021	Janeiro de 2022 a dezembro de 2025	Janeiro de 2026 em diante	Valores nominais	Valor presente
Edificações	575	2.299	1.532	4.406	2.924
Total	575	2.299	1.532	4.406	2.924

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2020, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45%.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 562.

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas de depreciação para os contratos acima, foram de R\$ 347 e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 349.

13. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedor de gás ^(a)	43.511	59.780
Fornecedor de materiais	3.685	4.747
Retenções contratuais	2.064	2.558
	49.260	67.085

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia conforme contrato celebrado em 30 de dezembro de 2019.

14. Empréstimos

	2020	2019
Empréstimos	70.000	70.000
Encargos provisionados sobre empréstimos	660	440
Total	70.660	70.440
Circulante	30.660	40.440
Não circulante	40.000	30.000
	70.660	70.440

Os empréstimos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Vencimento	Lc (*)	2020		2019	
				Curto Prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
Em moeda nacional							
Banco Itaú	CDI+ 2,35%	22/08/2022	100% ^(a)	614	40.000	40.374	-
Banco Mizuho	CDI+1,3%	21/06/2021	100%	30.045	-	66	30.000
				30.659	40.000	40.440	30.000

(a) Operação repactuada durante o exercício de 2020.

(*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2020	2019
2021	-	30.000
2022	40.000	-
	40.000	30.000

Abaixo é apresentada a movimentação dos empréstimos:

	2020	2019
Saldo inicial	70.440	106.716
Amortização	-	(30.000)
Encargo provisionado	3.020	6.975
Encargo pago	(2.800)	(13.251)
	70.660	70.440

15. Tributos a pagar

	2020	2019
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6.140	9.660
Imposto de renda	5.190	8.222
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	4.203	53
Taxa agência reguladora a recolher	1.755	-
Outros	999	947
	18.287	18.882

16. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 5.832 (em 2019 de R\$ 5.556) para fazer face às perdas prováveis.

	2020	2019
Trabalhistas	230	336
Cíveis	5.471	5.053
Tributárias	131	131
Honorários advocatícios	-	36
	5.832	5.556

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2019	Provisionado no exercício	Baixas por reversão /pagamento	Atualização monetária	2020
Trabalhista ^(a)	336	89	(189)	(6)	230
Cível ^(b)	5.053	1.651	(1.927)	694	5.471
Tributária ^(c)	131	-	-	-	131
Honorários advocatícios	36	-	-	(36)	-
Total	5.556	1.740	(2.116)	652	5.832

	2018	Provisionado no exercício	Baixas por reversão /pagamento	Atualização monetária	2019
Trabalhista ^(a)	798	544	(1.347)	341	336
Cível ^(b)	4.808	849	(850)	246	5.053
Tributária ^(c)	131	-	-	-	131
Honorários advocatícios	36	-	-	-	36
Total	5.773	1.393	(2.197)	587	5.556

A Companhia possui R\$ 984 (R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2019) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. Em 31 de dezembro de 2020, a essas causas totalizam R\$ 230 (R\$ 336 em 31 de dezembro de 2019).

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

As reclamações trabalhistas não provisionadas, por estarem classificadas como de risco possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2020 R\$ 489. Trata-se de ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da GNSPS, no qual questiona a contratação de prestadores de serviço terceirizados por parte desta Companhia. Esta ação possui um elevado risco operacional e pode provocar o desequilíbrio do nosso contrato de concessão.

b) Cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2020, essas causas totalizam R\$ 5.471 (R\$ 5.053 em 31 de dezembro de 2019).

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços. São casos que também é possível acionar as Apólices de Seguros.

Ainda, há processos, em que são discutidas obrigações legais de cobranças de faixa de domínio e pagamentos de tributos, que por prudência, a Companhia provisiona, embora esteja discutindo a legitimidade dos recolhimentos judicialmente. Estes casos estão representados no montante supra, mencionado.

Existem ainda processos cíveis que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 652 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

c) Tributárias

A Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários de êxito em ações judiciais de R\$ 131 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 131 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda processos tributários que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 10.337 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.155 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se, principalmente, a Auto de Infração e Imposição de Multa lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em que se imputam à Companhia as seguintes infrações: recebimento de crédito acumulado de ICMS sem autorização e observância dos requisitos previstos na Portaria CAT nº 26/2010 e apresentação de Guias de Informação e Apuração do ICMS -GIAs com indicação incorreta de informação econômico-fiscal no que se refere aos créditos do Programa de Ação Cultural - PAC.

17. Compromissos

17.1. Fornecedores de gás

Em 30 de dezembro de 2019, foi celebrado, por conta da orientação da Agência Reguladora de Serviços e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, foi celebrado um novo Contrato de Curto Prazo de Compra e Venda de Gás Natural, “Contrato NMG - Curto Prazo”, com vigência até o dia 31/01/2021, extinguindo o Contrato celebrado em 3 de junho de 2002, bem como seus Aditivos no. 1 (2016), no. 2 (2016) e no. 3 (2019), e em 31 de janeiro de 2020, o mesmo foi substituído na celebração do Contrato de Curto Prazo de Compra e Venda de Gás Natural, “Contrato NMG”, no qual as partes acordaram: (i) a vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2023; (ii) as novas Quantidades Diárias Contratadas (QDC); (iii) a metodologia de precificação da commodity, atrelando à variação dos preços internacionais do Petróleo Tipo Brent; e (iv) alteração no compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM).

Por esses novos contratos, a GNSPS se compromete: (i) a retirar a quantidade de 1.050.000 m³ (um milhão e cinquenta mil metros cúbicos) de gás natural diários, no primeiro a ano de sua vigência e 950.000 m³ (novecentos e cinquenta mil metros cúbicos) nos demais dias de vigência do contrato; e (ii) a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, seja 80% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – durante o período de vigência do contrato.

Segue demonstrada a previsão de compra de gás até o final do contrato em m³:

	2020	2021
	439.200.000	438.000.000

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

17.2. Compromisso com o poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31 de maio de 2000, entre a GNSPS e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Serviços e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 municípios na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do exercício de 2020, a Companhia atende a 18 municípios por meio de uma rede de 1,9 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, previu um montante de investimento correspondente a R\$ 88.063 mil (moeda de abril de 2010, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

Já em relação à 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2015-05/2020, por razões de decisões judiciais o processo não foi concluído pela ARSESP. Uma vez concluído o processo de revisão tarifária referente ao 4º ciclo, os resultados obtidos serão aplicados, devendo ser realizados os ajustes e compensações devidos para o ciclo tarifário.

O processo da 4ª Revisão Tarifária, que compreende o período de 06/2020-05/2025, iniciou-se dentro do cronograma, sem atraso, o resultado do 4º Processo de Revisão Tarifária será divulgado até 31 de maio de 2021.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social de R\$ 584.923 está representado por 595.799.877 ações ordinárias, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionistas	2020 e 2019
Naturgy Distribucion Latinoamerica, S.A.	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1
	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	51.702	75.951
Constituição da reserva legal	(2.586)	(3.797)
(-) Outros	-	(394)
Base de cálculo dos dividendos	49.116	71.760
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	12.279	17.940
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio bruto	27.511	37.782
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	56%	53%

A Assembleia Geral Ordinária de 12 de maio de 2020, aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 33.978.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2020, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$ 27.511, o que representará após impostos, juros líquidos no valor de R\$ 23.385, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). O saldo remanescente, no valor de R\$ 21.605, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em maio de 2021.

19. Ativos e passivos regulatórios

Os ativos e passivos regulatórios têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Estas diferenças geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. Esse saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic.

As normas contábeis vigentes no Brasil até 2009 permitiam o reconhecimento de ativos e/ou passivos decorrentes dessa diferença temporal. Com a adoção dos CPCs, a partir de 2010, os saldos destas contas foram revertidos, com base no entendimento de que esses direitos e obrigações não atendiam plenamente às definições de ativo e passivo contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, uma vez que a sua realização ou liquidação dependia de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Diante desse cenário, esses ativos e passivos passaram a ser reconhecidos exclusivamente nas demonstrações contábeis para fins regulatórios exigidos pelo Órgão

Regulador ARSESP, e não mais nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral formalmente emitidos e aprovados pelos órgãos de administração, auditados e divulgados a todos os interessados.

Em 10 de junho de 2020, a ARSESP emitiu a Deliberação nº 1010, definindo que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Com a publicação da referida deliberação, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de dezembro de 2020 os ativos e passivos regulatórios em suas demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o saldo de passivo regulatório líquido de R\$ 4.051, sendo R\$ 3.391 em contrapartida ao custo de gás e R\$ 660 em contrapartida ao resultado financeiro.

A movimentação do passivo regulatório líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a seguinte:

	Passivo regulatório
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-
Custo de gás	3.391
Atualização	660
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.051

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Venda de gás	694.018	1.050.272
Contratos de construção	9.381	17.480
Outras receitas	695	1.172
Total receita bruta	704.094	1.068.924
(-) Deduções da receita bruta	(167.767)	(254.155)
Receita líquida	536.327	814.769

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela ARSESP, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo de revisão esteve suspenso judicialmente até meados de 2019, quando o processo judicial, que suspendeu a revisão, foi extinto judicialmente mediante acordo entre a ARSESP e a Concessionária para que o processo da 3ª revisão fosse retomado. Neste mesmo ano houve a retomada do processo da 3ª e 4ª revisão pela ARSESP, que já foram concluídos para as concessionárias das áreas oeste e noroeste do Estado. Para a GNSPS, a conclusão da 3ª e 4ª revisões tarifárias está prevista para 31.05.2021.

Em maio de 2015, encerrou-se o 3º ciclo regulatório tarifário, no entanto, por questões externas à GNSPS, não houve o encerramento do processo de revisão tarifária coordenado pela ARSESP, o qual reajustaria o nível das margens de distribuição praticadas pela concessionária até maio de 2020. Tal processo de revisão esteve suspenso judicialmente até meados de

2019, quando o processo judicial, que suspendeu a revisão, foi extinto judicialmente mediante acordo entre a ARSESP e a Concessionária para que o processo da 3ª revisão fosse retomado. Neste mesmo ano houve a retomada do processo da 3ª e 4ª revisão pela ARSESP, que já foram concluídos para as concessionárias das áreas oeste e noroeste do Estado. Para a GNSPS, a conclusão da 3ª e 4ª revisões tarifárias está prevista para 31.05.2021.

21. Custo do serviço

	2020	2019
		(Reapresentado)
Compra de gás e de serviços	(379.796)	(613.376)
Custo dos contratos de construção	(9.381)	(17.480)
Custo de pessoal	(3.155)	(2.846)
Ajuste de inventário de gás natural	(1.739)	(6.273)
Amortização do intangível ^(Nota 11)	(40.164)	(39.357)
	(434.235)	(679.332)

22. Despesas de vendas, administrativas e gerais

	2020	2019
		(Reapresentado)
Despesa de pessoal	(3.380)	(3.725)
Despesa com vendas	(820)	(1.225)
Utilidades, materiais e serviços	(1.434)	(1.870)
Serviço de manutenção	(6.828)	(7.156)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(12.393)	(12.917)
Gastos gerais de escritório	(658)	(716)
Viagens e estadias	(27)	(235)
Publicidade e propaganda	(881)	(898)
Despesas com <i>royalties</i>	166	767
Aluguéis	(562)	(515)
Gastos com P&D	-	(312)
Provisões (reversão), líquidas	377	(100)
Perdas e reservas	(1.330)	(1.031)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(667)	(312)
Amortizações do intangível ^(Nota 11)	(2.061)	(1.916)
Amortização do ativo direito de uso ^(Nota 12)	(347)	(347)
	(30.845)	(32.508)

23. Outras despesas operacionais, líquidas

	2020	2019
Penalidades e indenização a terceiros	(755)	(1.877)
Despesas com equipamentos vendidos	(41)	(266)
Receita líquida de vendas de equipamentos	51	358
Outras receitas operacionais	564	183
Impostos e taxas ⁽ⁱ⁾	(5.448)	(3.879)
Outras despesas gerais/operacionais	(80)	(277)
	(5.709)	(5.758)

(i) Referem-se aos valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Serviços e Energia do Estado de São Paulo) e outros impostos não recuperáveis.

24. Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.981	3.545
Juros e multas	1.301	1.926
Outras receitas financeiras	765	2.127
	5.047	7.598
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.982)	(6.703)
Comissões e tarifas de cobrança	(95)	(89)
Fiança bancária	(548)	(656)
Multa e juros	(696)	(93)
Juros sobre arrendamento	(349)	(373)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(5)	(2)
Outras despesas financeiras	(1.584)	(625)
	(6.259)	(8.541)
	(1.212)	(943)

25. Seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil - administradores, diretores e dirigentes	29/10/2020 a 29/10/2021	79.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	29/10/2020 a 29/10/2021	852.000
Risco operacional	29/10/2020 a 29/10/2021	284.000

Marcio Gomes Vargas
Diretor Econômico-Financeiro

Flavia Cristina Chibau Cavassani
Contador CRC-1SP260400/O-3

Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, Administradores e Acionistas da
Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural São Paulo Sul S.A. (“Companhia” ou “GNSPS”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Felipe Vergete
Contador CRC RJ 106842/O-6

Naturgy 

www.naturgy.com.br